

CULTURAS URBANAS EM DIÁLOGO Perspectivas Para Uma Outra Cidade Possível

URBAN CULTURES IN DIALOGUE *Prospects for another possible city*

A. Andre Reis Balsini¹

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Universidade Nove de Julho, Brasil
abalsini@gmail.com

RESUMO

O artigo discute alternativas de projeto com enfoque social, considerando um contexto de alteridade e diversidade de culturas. O conceito de *diálogo* fundamenta um projeto que se configura a partir de derivas e cartografias, de aproximações teóricas e práticas empíricas. O método se fundamenta nas pesquisas de *Culturas e cidade: teorias e projeto* (Villac et al., 2017), em que a área de estudos abrange os bairros da Barra Funda, Campos Elíseos e Bom Retiro, em São Paulo. O artigo desenvolve uma revisão crítica dos resultados do workshop *Culturas do cotidiano e corpo da cidade I* (FAU-UPM, 2016), em que a proposta intitulada *Parque Linear Mirante do Moinho* se configura a partir de intervenções nos espaços residuais ao longo da linha férrea metropolitana. A *Favela do Moinho*, nesse contexto, surge como a manifestação de uma cultura *sem lugar* e que toma a palavra pelo direito à cidade.

Palabras clave: culturas urbanas, diálogo, projeto, cidade.

Linha de investigação: Dinâmicas Urbanas.

Tópico: Urbanismo insurgente e coletivos urbanos.

ABSTRACT

The article discusses project alternatives with social approach, considering a context of otherness and diversity of cultures. The concept of dialogue is the basis for a project that takes shape from drifts and cartographies, from theoretical approaches and empirical practices. The method is based on the research of *Cultures and city: theories and project* (Villac et al., 2017) whose area of study covers the neighborhoods of Barra Funda, Campos Elíseos and Bom Retiro, in São Paulo. The article develops a critical review of the results of *Cultures of the daily life and body of the city I* workshop (FAU-UPM, 2016), where the proposal entitled *Mirante do Moinho Linear Park* is configured from interventions in residual spaces along the metropolitan railway line. In this context, *Favela do Moinho* appears as the manifestation of a culture *without place* and that takes the word for the right to the city.

Keywords: urban cultures, dialogue, project, city.

Research line: Urban Dynamics.

Topic: Insurgent urbanism and urban collectives.

¹ Este artigo é fruto de tese de doutorado em desenvolvimento no PPGAU/UPM, com a concessão de bolsa do Instituto Presbiteriano Mackenzie.

Introdução

“Hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar” (Santos, 2014: 161).

Em um contexto metropolitano em que o direito à cidade é um assunto emergente, como pensar um projeto urbano que incorpore a alteridade como condicionante em seu processo de elaboração? Como dialogar com a cidade real de múltiplas vozes?

Com o objetivo de ampliar a discussão de alternativas projetuais que potencializem as dinâmicas urbanas desde um enfoque social, considerando um contexto de alteridade e diversidade de culturas, o artigo pretende contribuir com uma primeira revisão crítica de uma das propostas resultantes do workshop *Culturas do cotidiano e corpo da cidade I* (Fig. 1). Realizado pelo grupo de pesquisa *Culturas e cidade: teorias e projeto* (Villac et al., 2017), com a colaboração de graduandos e pós-graduandos, o workshop de projeto partiu de investigações teóricas para uma aproximação empírica com a área de estudo, localizada na região centro-oeste da cidade de São Paulo. A proposta discutida neste artigo utilizou o conceito de *diálogo* como um dos elementos de fundamentação para o projeto urbano – tema de interesse da pesquisa, que será designado no decorrer do texto apenas como projeto.

Intitulada *Parque Linear Mirante do Moinho*, a proposta configura-se a partir de intervenções nos espaços residuais, que estendem-se ao longo da linha férrea, interligando os bairros Barra Funda, Campos Elíseos e Bom Retiro. Em campo, foram desenvolvidas atividades de *deriva urbana* e *cartografia*, que vão ao encontro das práticas do cotidiano, incorporando fundamentos de autores como De Certeau (1994).

Com a preocupação de valorizar preexistências, identidades e memórias, a proposta se caracterizou pela ideia de transformação do contexto urbano, marcado pela vulnerabilidade social e pela precariedade associadas à *Favela do Moinho* (Fig. 2). A proposta do parque linear considerou a inserção de novos equipamentos para Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação do Mercado Popular (HMP), além do reuso e requalificação de equipamentos preexistentes na área de estudo. Tanto a manutenção da população residente no local quanto a observação das dinâmicas socioeconômicas, culturais e de lazer deste grupo social foram premissas que nortearam o projeto.

A cidade fala através de múltiplas vozes e a todo momento é possível perceber seus sinais. Nesse sentido, o projeto deve decodificar e interpretar. A *Favela do Moinho* surge como uma manifestação da cidade que toma a palavra: “o direito à cidade se afirma como um apelo, como uma exigência”, e deve ser compreendido como “*direito à vida urbana*, transformada, renovada” (Lefebvre, 2001: 117-118). A alteridade urbana deve ser compreendida como resultante das dinâmicas produzidas por múltiplos atores. A ação social dos movimentos por moradia se reflete em uma crescente ocupação de espaços e equipamentos abandonados à deterioração, o que aponta em direção a uma nova ontologia urbana. Grupos sociais excluídos vivem nos espaços intersticiais da linha férrea, impondo novos usos e pondo em questão tanto as relações de produção presentes na cidade quanto a própria função original das infraestruturas metropolitanas, pertinentes a uma lógica sistêmica e excludente que privilegia valores de troca em detrimento de valores de uso (Lefebvre, 2001).



Fig. 1 - Workshop *Culturas do cotidiano e corpo da cidade I* (FAU-UPM, 2016). No primeiro plano da maquete da área de estudos, a proposta do *Parque Linear Mirante do Moinho*. Fonte: arquivo de pesquisa; fotografias do autor.

Prevalecem, na representação da *polis*, as narrativas culturais dominantes sedimentadas no tempo. No entanto, antes de considerar a cidade como objeto acabado, cabe questionar os processos culturais que levam a sua elaboração, espaço em que o projeto opera conjuntamente com os ciclos de mudança na sociedade e na cultura. Sob a perspectiva de um constante *devenir*, o artigo considera a alternativa de pensar a cidade também como plataforma de *diálogo*, em que intenções e planos unívocos encontram posições antagônicas em um processo de mediação que tem o potencial de preceder a uma nova ordem consensual. "Força, ocupação, continuidade, tensão, um certo teatro. Investimento" (Barthes, 2013: 291). *Uma energia teatralizada* que pode ser percebida em torno das ocupações que clamam pelo reconhecimento do direito à cidade e à moradia. Nesse sentido, o projeto fundamentado no *diálogo* pode ser pensado como *agente discursivo*, emissor de uma mensagem capaz de repercutir sobre a cidade.

O projeto, que assume papel discursivo, é potência em proposição e argumentação. O discurso que repercute a partir da *Favela do Moinho* traz uma mensagem que detém atributos de poder, um desdobramento de muitas vozes que, somadas, adquirem força capaz de confrontar a lógica de ocupação dominante na cidade. A partir dessa *escuta*, o projeto expande seu campo de argumentação e se contrapõe a outro discurso, preexistente e excludente, consolidado sob a forma de uma cultura arraigada e de valores impositivos. Com este artigo, esperamos contribuir para o estabelecimento de práticas de projeto que considerem o *diálogo* com a alteridade como uma condicionante fundamental para a intervenção urbana.

Discussão

A ilegalidade na provisão de grande parte das moradias urbanas (expediente de subsistência e não mercadoria capitalista) é funcional para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho, como também para um mercado imobiliário especulativo (ao qual correspondem relações de trabalho atrasadas na construção), que se sustenta sobre a estrutura fundiária arcaica (Maricato, 2012:147-148).

Wilheim (1982) já apontava que as favelas e cortiços cresciam em ritmo maior que o fluxo migratório que chegava à cidade de São Paulo. Preconizava a destinação do estoque de terras públicas para uso habitacional e apontava as potencialidades contidas em uma trama urbana com percentual significativo de áreas mantidas desocupadas.

Em situação de crescimento contínuo, hoje muitas favelas paulistanas têm acesso à água e energia elétrica, além de coleta de lixo. Esta mudança positiva no quadro reflete os resultados de políticas públicas de provisão de infraestrutura, fundamentadas no reconhecimento da favela como parte da cidade. O problema que persiste de forma mais grave é de ordem sanitária, com a falta de esgotamento adequado atingindo parte significativa das habitações (Pasternak, Bógus, 2019: 725).

A leitura dos dados dos assentamentos subnormais – *proxy* das favelas – mostra um forte aumento da população favelada na metrópole, com o número de domicílios favelados se multiplicando por 2,5 em 20 anos (1991-2010). O percentual de casas faveladas no total de casas passou de 5,72% em 1991 (240.865 unidades habitacionais) para 9,79% em 2010, o que representava 596.549 unidades habitacionais. As taxas de crescimento da população favelada foram consistentemente superiores às taxas da população total (quase 3 vezes entre 1991 e 2000 e pouco mais de 2 vezes entre 2000 e 2010).

No artigo *São Paulo, a cidade onde a população em situação de rua mais cresce no mundo*, Bonduki (2020) não deixa de observar que os tempos do ufanismo paulistano pertencem ao passado, assinalando o crescimento exponencial da população de rua em taxas médias anuais de 11,5%, nos últimos quatro anos (Bonduki, 2020).

Em 2018, a questão do acesso à moradia e das ocupações foram temas de reflexão. O incêndio que destruiu o Edifício Wilton Paes de Almeida, no Largo do Paissandu, emitiu um grave sinal de alerta. A tragédia social recente reaviva a memória de eventos dramáticos. Outro grande incêndio ocorreu na Favela do Moinho em dezembro de 2011.

Esta realidade social, que faz uso de uma “radical flexibilidade” como tática de subsistência, configura-se como “lugar fora das ideias” no planejamento urbano. Em contraposição à cultura da especulação imobiliária, há uma realidade ignorada que aponta contradições e tensões presentes nos discursos acerca de uma dita “cultura da ilegalidade”. Nos designados processos de “invasão”, as ocupações procuram fazer valer a função social da propriedade (Maricato, 2012).

A construção da ficção na representação da cidade, para Maricato (2012), está associada à dissimulação da realidade social concreta e ao uso ideológico da representação enquanto instrumento de poder. O drama da vulnerabilidade ganha uma aparência de natural, o que encobre, e ao mesmo tempo perpetua, o estado de emergência social de significativa parcela da população. Este *modus operandi* se revela no contexto da luta por moradia na região central da cidade, onde se observa a “construção narrativa como ferramenta de disputa socioterritorial” (De Almeida, 2019).

Método

“A história começa ao nível do chão, com passos” (De Certeau, 1994: 28)

No contexto de um meio ambiente urbano cada vez mais privatizado ou não disponível à apropriação pública, *Culturas e Cidade* assume um posicionamento crítico ao “projeto da arquitetura e do urbanismo, que assinala, em linhas gerais, um descolamento entre representação e contexto na produção do ambiente construído” (Villac, Kato, 2019: 38). A pesquisa do território buscou apreender uma elementaridade morfológica associada a uma realidade sociológica, nas expressões da vida cotidiana. Direcionando o projeto, a “experiência como método” a partir das derivas e das cartografias – “vistas como formas de identificação, registros e interpretações” (2019: 43) –, que são compreendidas como táticas projetuais. Uma experiência que incorpora nas práticas de projeto um olhar plural para as sociabilidades urbanas, reveladoras das várias culturas presentes no contexto da cidade.

O método trata da capacidade de ver a cidade como representação social, como produto de construção coletiva. Nesse ponto, enfatiza a atenção às configurações e eventos característicos de cada lugar da cidade, indo ao encontro da formulação de Santos (2014: 158): “Os eventos operam essa ligação entre os lugares e uma história em movimento. O lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente”.

A discussão do direito à cidade de Lefebvre a partir de *Culturas e Cidade* estabelece como ponto de partida o direito à fruição e vivência do cotidiano da cidade pelas classes trabalhadoras urbanas, não constituídas apenas pela classe operária. Nesse sentido, temos a compreensão do valor de uso como espaço da vida, e a cidade, enquanto espaço de reprodução da força de trabalho, deve ser geradora de sobrevivência não apenas no sentido físico. Aqui, a cidade é colocada como questão central para uma análise da sociedade, o que difere da abordagem clássica do materialismo histórico marxista, que enfoca os aspectos econômicos. Se Marx teoriza sobre os processos, Lefebvre propõe uma reflexão sobre onde os processos se dão, investigando a lógica de outras mediações, que revelam a importância das práticas sociais, entre o “vivido, o percebido e o imaginado”, como destaca Harvey (1993: 201). Vale ressaltar que, ainda que este artigo não tenha como propósito um aprofundamento na teoria de Lefebvre, esta interessa à contextualização do tema, sobretudo sua reverberação nos comentários de Harvey (1993), referentes ao *tempo e espaço como fontes de poder social e político*.

O workshop *Culturas do cotidiano e corpo da cidade I* (2016) incorporou as mesmas premissas metodológicas, somadas à escolha de um conceito teórico orientador e às elaborações de projeto por meio de maquete do território, desenhos, fotografias e textos. No caso da hipótese projetual em questão, o conceito de *espaços de diálogo* (Balsini, 2014) foi fundamentador, uma vez que a *DialogiCidade* reporta-se ao projeto configurado a partir das “bordas, onde a transição supõe a imediaticidade da trocas” (Balsini, 2014: 276) operando desde uma reflexão sobre os “elos entre a materialidade de elementos urbanos ou estruturas urbanas elementares e as formas de apropriações sociais” (Villac et. al., 2017). Na aproximação ao território, a pesquisa buscou interpretar as “temáticas do substantivo” associadas a seu valor de uso: ruas, praças, esquinas, edifícios e estruturas de apoio à vida cotidiana – lajes, muros, aberturas (ibid, 2017). Em perspectiva está o encontro de uma “dimensão de alteridade nos espaços públicos”. A construção de um olhar outro pressupõe um posicionamento em relação às dinâmicas urbanas reais. Assim, o projeto não dissocia-se da experiência da vida pública. “Uma nova prática específica de projeto se organiza entre o raciocínio abstrato e a ação ancorada na materialidade da cidade” (Villac, Kato, 2019: 46). A *DialogiCidade* trata, justamente, de uma capacidade de *diálogo* atribuída ao projeto em sua relação ativa com a cidade.

Contexto e projeto

Em vez de locais, posicionados e circunscritos, passamos a lidar com espaços cada vez mais ilimitados, genéricos (desprovidos de história, esvaziados de suas características arquitetônicas e sociais, transfigurados em suas funções urbanas) e amorfos. Áreas urbanas marcadas por procesos de desindustrialização, desertificação e reconstrução e por uma reinserção altamente tensionada (através de novas vias expressas de transporte e comunicações) em manchas metropolitanas muito mais vastas. Não mais locais, mas territórios urbanos (Peixoto, 2012: 23)

Em *Arte/Cidade* (1997), o eixo ferroviário surgiu como fio condutor do projeto, cenário pós-industrial em tempos de transição, em que as ruínas do Moinho Central figuraram entre os espaços de intervenção artística. Segundo Peixoto (2012: 21), o conceito de intervenção em *Arte/Cidade* busca uma superação crítica das práticas da *land art*, *site-específico* e *in situ*, propostas artísticas que trabalham as relações com a arquitetura e a paisagem, mas que correm risco de apropriação como “mais um modo disfarçado de publicidade e política corporativa”.

No início do século XXI, o *High Line* (2004), de James Corner Field Operations, Diller Scofidio + Renfro e Piet Oudolf, ampliou as possibilidades de pensamento sobre o projeto de parque linear urbano e estabeleceu um marco referencial para as propostas seguintes de intervenção na paisagem urbana, em particular aquelas que incidem sobre áreas de antigos ramais ferroviários desativados. Confirmam esta tendência projetos como o *The Rail Park* (Philadelphia, 2018), de Bryan Hanes, em que chamam atenção padrões executivos recorrentes. Incorporando elementos de uma estética pós-industrial, o desenho do projeto é assertivo e descomplicado em seu detalhamento típico. Na América Latina, o *Parque Lineal Ferrocarril de Cuernavaca* (2016), de Gaeta Gorritz e Springall Del Villar, constitui exemplo significativo. Na metrópole mexicana, a antiga fronteira estabelecida pela linha ferroviária foi trabalhada como espaço conectivo a ser apropriado pela comunidade, visando construir a cidade e conformar o espaço público, em busca de equilíbrio entre preservação e potencial de transformação. Em São Paulo, começam a surgir projetos baseados na hipótese de desativação dos ramais ferroviários ao nível da superfície. É o caso da proposta desenvolvida por Leite e Biselli, em 2002, para um parque urbano de eixo linear de 12,6 km ao longo da ferrovia, projeto urbano configurado a partir de vazios e fragmentos, “*on the bordering conditions*” (Leite, 2004).

Os vazios urbanos afirmam-se como possibilidades de rearticulação territorial, atuando como espaços de transição e lugares de conexão e interlocução, matrizes configurativas de um projeto interescalar, capazes de construir relações dialógicas entre arquitetura e cidade. Esta *condição de abertura* traduz-se na “*forma do vazio*”, espacialidade que associa a paisagem a uma direção capaz de orientar o processo de desenho urbano (Balsini, 2017). Um projeto que define-se por lugares enunciados *inmezzo* (em-meio), catalisadores de uma tomada de consciência daquilo que é de fato significativo, na “outra parte” (Toscani, 2011).

Moinho: questão urbana de múltiplas vozes

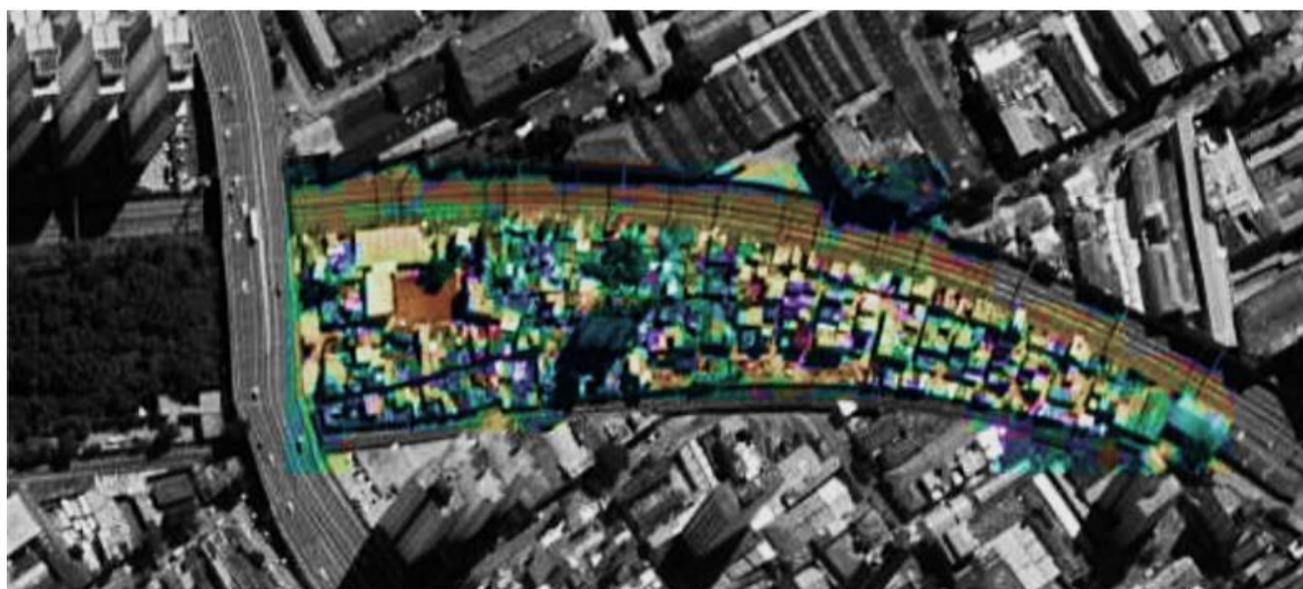


Fig. 2 - Favela do Moinho. Fotomontagem. Fonte: elaboração própria sobre imagem de satélite (2020) (arquivo de pesquisa).

Se as formas urbanas da favela integram a paisagem da periferia, na região central são os cortiços, as ocupações e os fluxos que compõem o cenário. Dos Campos Elíseos em direção à Luz, as dinâmicas sociais assinaladas a partir do documento *Campos Elíseos Vivo* (Fórum Mundaréu da Luz, 2018) fornecem chaves para compreender a questão da habitação desde o ponto de vista da população de baixa renda. Trata-se de um grupo social heterogêneo, com uma diversidade de “arranjos familiares” e agrupamentos de pessoas morando coletivamente. As formas de locação são variadas: de um pequeno apartamento a uma cama, do aluguel mensal ao valor por hora. Muitas vezes, os espaços da casa e do trabalho confundem-se. A renda mensal situa-se na faixa de zero até três salários mínimos, mas grande parte dessa população não conta com rendimentos fixos, dado o caráter de informalidade do seu trabalho. Para essas pessoas, a área central é uma alternativa aos territórios periféricos, dotada de melhores oportunidades de emprego e renda, assim como de acesso à educação e à saúde (Rubano, Fabiano Junior, 2019).

Em contraponto, é no mínimo contraditória a presença de um conjunto significativo de torres residenciais, voltadas à classe média, na fronteira entre Campos Elíseos e Bom Retiro, em plena área de ZEIS-3 (Fig. 3). São empreendimentos recentes que sinalizam um processo de gentrificação. Verticalização, muros, cercas

representa um obstáculo a ser superado. Um contexto de dissenso político, de interesses divergentes, de tensões e de silêncios.



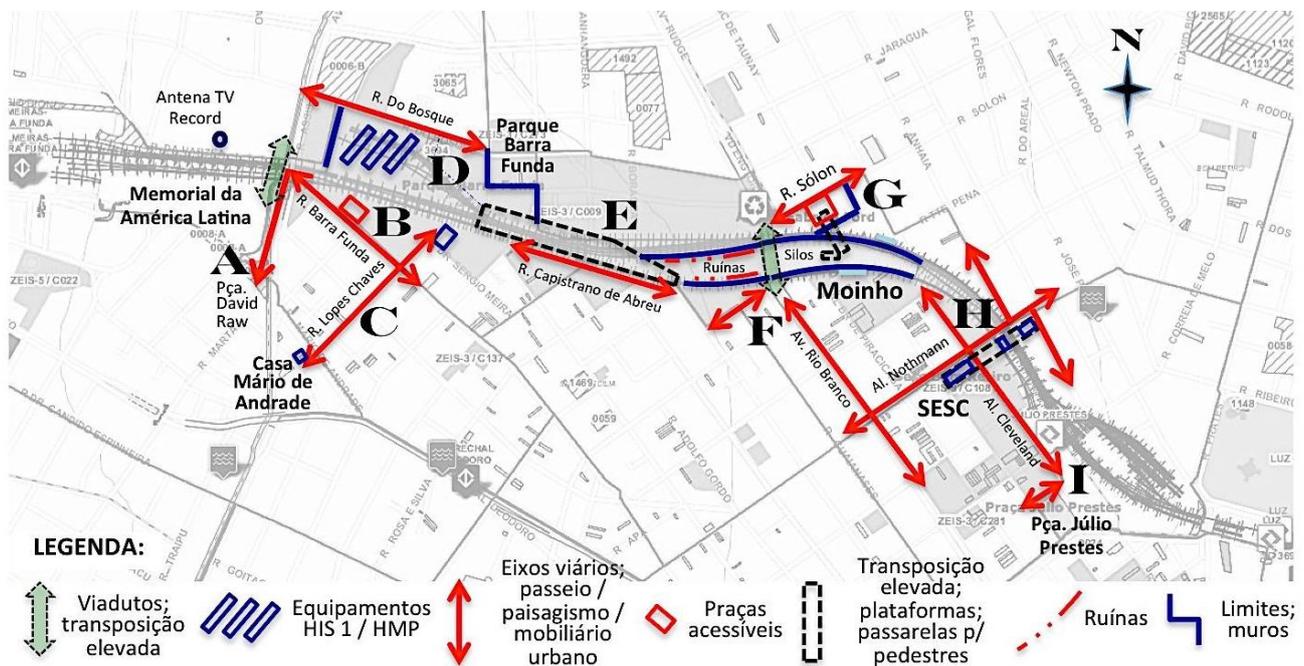
Fig. 4 - Ruínas ocupadas do *Moinho Central*, vistas a partir do trecho final da R. Ten. Pena (Fotomontagem) Fonte: elaboração própria sobre imagens de 2011 (arquivo de pesquisa).

O projeto jornalístico *Arquitetura da Gentrificação* (Duran, Muriana, 2013) traçou um quadro das disputas políticas e dos litígios jurídicos em torno do Moinho, ao longo de duas administrações municipais. Registrou desde repressão policial e tentativas de remoção até promessas políticas não cumpridas, de urbanização, de regularização do *Moinho* e até de construção de moradias definitivas na Rua do Bosque, área de ZEIS. Projetos e promessas que não saem do plano passaram a ser vistos com descrédito pela comunidade local (ibid, 2013).

Por um parque linear de caráter social

Resultante do workshop *Culturas do cotidiano e corpo da cidade I*, a proposição *Ruínas e transformação* (Villac et al., 2017) apresentou uma síntese das análises e diretrizes que fundamentaram o projeto do *Parque Linear Mirante do Moinho*², tendo como objetivos a transposição dos limites da linha férrea, a integração e a recuperação dos terrenos vagos identificados; e como premissa a manutenção dos moradores na área de ZEIS. As estratégias projetuais incluíram: 1) a criação de um sistema de áreas verdes, estabelecendo conexões e ambiências urbanas, incorporando arborização e drenagem, ciclovias e requalificação das calçadas, sinalização e mobiliário urbano; 2) a identificação de potencialidades e a proposição de plataformas de mediação que estabeleceriam o diálogo entre projeto e cidade, e constituiriam pontos de ativação das dinâmicas sociais e culturais. Esta estratégia considerou a valorização de memórias e preexistências, a resignificação de identidades locais e a reprogramação de equipamentos existentes.

² Grupo de projeto: André Balsini, Andrea Agda, Beatriz Ribas, Gabriel Granado, Juliana Fernandes, Mariana Lisboa, Sérgio Marques, Solange Alves, Thais Yamada, Vivian Reuben.



A - O Parque teria início na praça David Raw, junto ao Memorial da América Latina, e se estenderia pelo braço da Av. Pacaembu que dá acesso ao baixo viaduto (antigo *Largo da Banana*, memória do samba paulistano).

B - Na R. Barra Funda, uma proposta de criação de *praça acessível* ao público integrada ao conjunto do governo do estado existente: CIC do Imigrante, PROCONSP, JUCESP, CEJUSC e Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo. No local, equipamentos desatualizados e pátio de estacionamento subutilizado, com potencial para otimização e mudança de uso a partir do acesso ao centro da quadra triangular.

C - Na R. Lopes Chaves, a proposta interligaria o Parque à Casa Mário de Andrade. Aqui foi identificada uma “rota dos carroceiros”. No galpão próximo ao muro da CPTM, antigo Ponto de Coleta, previsão de réuso social direcionado às dinâmicas locais.

D - Proposta de *parque habitacional*, com inserção de novos equipamentos de HIS 1 e HMP, para abrigar em definitivo os moradores do Moinho. Integraria o Pátio de manobras da CPTM e o Parque Barra Funda. Atualmente, terrenos vagos, subutilizados e cercados. Hoje, o acesso ao parque se dá pela R. do Bosque, ao lado da Fraternidade Irmã Clara, que ocupa terreno público cedido.

E - *Transposição*: proposta de ligação do Parque Barra Funda à área das ruínas e R. Capistrano de Abreu. Plataforma elevada sobre a linha do trem, conectando os dois lados da linha férrea.

F - [Acesso ao] *Parque Mirante do Moinho*: proposta de criação de área verde no vazio urbano entre trilhos; preservação das ruínas dos antigos galpões (vazio a Oeste); instalação de hortas urbanas; réuso dos silos como reservatórios de água e mirantes do parque; instalação de “estrutura parasita” sob o viaduto existente; transposições e aberturas nos muros da CPTM.

G - *Equipamento cultural*: proposta de requalificação da Fábrica da Ford do Bom Retiro (1921) e dos antigos galpões da R. Sólton; criação de *praça acessível* ao público e transposição para o Parque.

H - *Edifício-ilha*: na estreita faixa entre os ramais ferroviários, há um edifício sem uso, “ilhado”, na passagem da R. Silva Pinto para Al. Nothmann. Aqui, a proposta enfatiza a ideia de reprogramação e ativação de equipamentos pré-existent. A transposição configuraria uma ponte elevada, fazendo a ligação entre a primeira quadra comercial da R. Prof. Cesare Lombroso, o *edifício-ilha* e o edifício cultural do SESC Bom Retiro.

I - Ligação com a Praça Júlio Prestes.

Fig. 5 - Diagrama – a partir da proposta do *Parque Linear Mirante do Moinho* (2016). Fonte: elaboração própria sobre imagem do GeoSampa (2020).

A área de incidência da proposta estende-se por cerca de 2,5 km, em paralelo ao curso do rio Tietê. Em seu extremo-oeste, integra-se ao Memorial da América Latina; e em seu lado leste encontra a Praça Júlio Prestes.

Ao longo do eixo longitudinal da ferrovia, grande parte da área de projeto está circunscrita na área da ZEIS-3/C009 (Fig. 3). O conjunto da proposta foi sintetizado no diagrama anexo (Fig. 5), em que os principais trechos são designados por letras, de A até I. Em resumo, trata-se de um projeto de parque público, referenciado por intervenções em equipamentos e espaços preexistentes, integrado pelo tratamento urbano e paisagístico das vias lindeiras, e associado a um conjunto de equipamentos habitacionais de caráter social.

Considerações Finais

Este artigo pretende ampliar os termos de discussão do workshop *Culturas do cotidiano e corpo da cidade I* (FAU-UPM, 2016), empreendido pelo grupo *Culturas e cidade* (Villac et al., 2017), a partir de uma revisão, ao mesmo tempo crítica e prospectiva, dos aspectos contextuais, teóricos e projetuais que derivam dos resultados de pesquisa. O artigo não considera o projeto como solução final ou definitiva para as questões discutidas, mas antes visa dar início a uma reflexão em busca de alternativas que superem as contradições apontadas entre os interesses divergentes e as culturas diversas presentes na área de estudo. A discussão proposta também registra um histórico de pesquisas sobre a situação de emergência social existente ao longo de todo o território urbano, que vai da Barra Funda em direção à Luz; e a sobreposição do projeto à área de ZEIS 3.

Nesse sentido, a aplicação do conceito de *diálogo* permitiu uma visão de aspectos sociais e urbanos superlocalizados, pontos de inflexão com potencial para gerar um projeto aberto à escuta do que a cidade tem a dizer; alimentou o debate em projeto com questões pontuais; e atuou como catalisador e revelador de pontos focais. Já o conceito de *ambiência* conduziu o projeto a uma escala maior, contribuindo para uma maior compreensão do território como um todo, trazendo consigo a questão do conjunto, da unidade projetual, da necessidade de interligação e integração entre as partes. A ideia de *DialogiCidade* orientou a hipótese de projeto, partindo da proposição de *espaços de transição entre a arquitetura e a cidade* (Balsini, 2014), configurados como pontos de ancoragem do projeto em escala urbana, que colaboram para a construção de uma unidade ambiente complexa.

A proposta assume um desenho tático ao se dispor a um convívio improvável com uma linha férrea ativa. Por outro lado, não deixa de assinalar a potência de projeto contida na apropriação dos vazios urbanos pós-industriais. Nessa perspectiva, antecipa as possibilidades de um desenho urbano que aposta no enterramento dos trilhos e na desativação dos ramais ferroviários ao nível do solo, em um projeto de ativação das bordas e de valorização da paisagem.

No entanto, cabe pontuar que, dado o contexto acadêmico de construção da proposta, esta não vai ao encontro das expectativas prévias dos principais atores interessados na área. Conforme observam Duran e Muriana (2013), existe uma importante situação de dissenso, envolvendo a comunidade, que não abre mão de permanecer no Moinho, e os gestores públicos e a iniciativa privada, que não cogitam ceder o privilégio de uso do local aos atuais residentes. Para uma implementação efetiva de projeto, caberia abrir canais de diálogo direto com as partes interessadas, a partir das instâncias de participação social. Dessa forma, o projeto aqui considerado vislumbra uma via alternativa, que ressalta, sobretudo, a potencialidade de ressignificação dos vazios urbanos, remetendo a propostas como a de Leite e Biselli (2002).

O projeto emerge a partir de um diálogo abstrato, pertinente ao plano projetual, em que novas formas propositivas buscam relações com elementos preexistentes e com a memória do lugar. A hipótese de

manutenção do uso da linha do trem estabelece um projeto que se constitui de intervalos vazios e transposições. Assumindo a forma de uma sutura sobre uma grande cicatriz, em que as linhas de conexão conferem sentido ao projeto, a proposta do *Parque Linear Mirante do Moinho* configura-se como um projeto de urbanização de favela, que contrapõe-se ao paradigma de um gênero de projeto urbano geralmente circunscrito, atrelado aos limites de um espaço originalmente segregado. Considerando o direito à cidade da população vulnerável como fundamento, a hipótese do parque linear extravasa os muros que confinam a Favela do Moinho e constrói a ideia de um projeto social que se apropria dos espaços da cidade, integrando diferentes culturas urbanas.

Bibliografia

- BALSINI, A.R. (2014). Espaços de transição. Entre a arquitetura e a cidade. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- BARTHES, R. (2013). Como viver junto. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- DE ALMEIDA, C. C. (2019). A construção narrativa como ferramenta de disputa socioterritorial na Cracolândia. In JORGE, L.A. (org.). II Seminário Internacional Espaços Narrados (715-737). São Paulo: FAU/USP,
- DE CERTEAU, M. (1994). Andando na cidade. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-memória), 23, 21-31.
- HARVEY, D. (1993). A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola.
- LEFEBVRE, H. (2001). O direito à cidade. São Paulo: Centauro.
- MARICATO, E. (2012). As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In ARANTES, O.F., VAINER, C.B. e MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos (121-192). Petrópolis: Vozes.
- PASTERNAK, S. e BÓGUS, L.M.M. (2019). Evolução da situação de favelas na metrópole paulista e desigualdade socioespacial. In PHILIPPI JUNIOR, A.; BRUNA, G. C. (Ed.). Gestão Urbana e Sustentabilidade (696-728). Barueri: Manole.
- PEIXOTO, N. B. (org.) (2012). Intervenções Urbanas: Arte/Cidade. São Paulo: Senac São Paulo/SESC SP.
- SANTOS, M. (2014). Da totalidade ao lugar. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- TOSCANI, C. (2011). Le Forme del Vuoto. Milano: Maggioli.
- WILHEIM, J. (1982). Projeto São Paulo: propostas para a melhoria da vida urbana. São Paulo: Paz e Terra.

Fontes eletrônicas

- BALSINI, A. R. (2017). Por uma condição de abertura à paisagem. Resenhas Online (São Paulo), 191.01, Vitruvius. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/17.191/6779>. (Consulta: 24/02/2020).
- BONDUKI, Nabil. (2020). São Paulo, a cidade onde a população em situação de rua mais cresce no mundo. *Minha Cidade* (São Paulo), 235.01, Vitruvius. <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/20.235/7627>. (Consulta: 25/02/2020).

DURAN, S. e MURIANA, F. (2013). Haddad e Alckmin juntos para riscar do mapa Favela do Moinho. In *Arquitetura da Gentrificação*. São Paulo: Repórter Brasil. <http://gentrificacao.reporterbrasil.org.br/> (Consulta: 22/02/2020).

FÓRUM MUNDARÉU DA LUZ (2018). Campos Elíseos vivo. <https://mundareudaluz.org/camposeliseosvivo/>. (Consulta: 25/02/2020).

GAETA GORRIZ, J. e SPRINGALL DEL VILLAR, L. (2016). Parque Lineal Ferrocarril de Cuernavaca. <http://www.arquitectes.cat/iframes/paisatge/fitxa/10106>. (Consulta: 24/02/2020).

HANES, B. (2018). The Rail Park: phase I. <http://www.studiobryanhane.com/railpark>. (Consulta: 24/02/2020).

LEITE, C. (2004). Urban projects on the bordering conditions. *Arquitextos* (São Paulo), 044.02, Vitruvius. https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.044/618/en_US. (Consulta: 24/02/2020).

Mapa digital da Cidade de São Paulo. Geosampa. Prefeitura Municipal de São Paulo (2020). <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/>. (Consulta: 22/02/2020).

RUBANO, L. M. e FABIANO JUNIOR, A. A. (2019). Luz de dentro: trabalho empírico e teoria de projeto. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo* (São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie), 19, 2, 8-34. <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/issue/view/Cadernos.2019.2>. (Consulta: 25/02/2020).

Plano Diretor Estratégico. Lei Nº 16.050, De 31 De Julho De 2014. Prefeitura Municipal de São Paulo (2014). https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE_SUPLEMENTO-DOC.pdf. (Consulta: 19-05-2019).

VILLAC et al. (2017). Relatório MackPesquisa. *Culturas e Cidade: Teoria e Projeto*. http://dspace.mackenzie.br/bitstream/10899/18762/1/5716_2015_0_16.pdf. (Consulta: 22/02/2020).

VILLAC, M. I. e KATO, V. R. C. (2019). Vida Pública e dinâmicas urbanas contemporâneas. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo* (São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie) 19, 2, 35-51. <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/issue/view/Cadernos.2019.2>. (Consulta: 25/02/2020).